

DOI:

RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ALUNOS DE TURMAS DE EJA DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO LUIZ NUNES DIREITO

Izabelle Rego Oliveira¹

Resumo: A pesquisa tem como principal objetivo discutir os desafios enfrentados pelos estudantes da Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual de Ensino fundamental e Médio Luiz Nunes Direito, debatendo de forma sucinta como o estágio obrigatório supervisionado do curso de licenciatura em História é fundamental na compreensão das dificuldades enfrentadas pelos estudantes desta modalidade de ensino, através da observação e das vivências no ambiente escolar foi possível perceber como os desafios dos estudantes da escola ananindeuense são baseados em fatores de ordem econômica e social, e a suas trajetórias escolares dependem da formação de professores qualificados nessa modalidade de ensino, adoção de metodologias ativas e apoio do Estado para a formação e permanência de novas turmas de EJA nas escolas públicas de Ensino Básico.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Evasão escolar; Ensino de História; Educação.

Área Temática: Educação de Jovens e Adultos

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo discorrer acerca das experiências vivenciadas durante o período de estágio supervisionado obrigatório em História do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pará, realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Luiz Nunes Direito, uma escola da rede pública do município de Ananindeua/PA em uma turma de Educação de Jovens e Adultos/4ª etapa, no período de 13/09/2022 a 13/12/2022, com o total de 40 horas.

Nesse contexto, compreender os aspectos colaborativos do estágio supervisionado em História na formação docente é compreender a sua importância na formação dos professores. A reflexão realizada por Paulo Freire

¹ Graduanda em licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará, Belém, PA.
izabelle.oliveira@ananindeua.ufpa.br. <http://lattes.cnpq.br/0114836856999999>.

DOI:

(1996) acerca da “Missão Docente” é extremamente elucidativa nesse sentido quando o educador brasileiro questiona se a tarefa do professor é ensinar ou levar a aprender? E se é possível ensinar sem aprender. Essas questões levantadas por Freire nos fazem ressignificar ou repensar o papel do professor no ambiente escolar, seria ele um mero detentor do conhecimento ou um agente participativo no processo de aprendizagem? O estágio se constitui como uma importante ferramenta na formação do “ser professor” e traz luz a questionamentos tão recorrentes como os levantados por Paulo Freire, pois possibilita aos estudantes um contato mais ativo nos aspectos estruturais e prático-acadêmicos que a escola propicia.

Portanto, as questões enfatizadas durante este trabalho reforçam a importância do estágio supervisionado na formação docente dos estudantes do curso de licenciatura em História e dos desafios presentes nas turmas de Educação de Jovens e Adultos, desde a sua permanência em ser ofertado pelas escolas públicas, a falta de professores especializados nessa modalidade de ensino e o despreparo das universidades na formação de professores que tenham como público alvo jovens e adultos que em algum momento de sua trajetória escolar se encontravam impossibilitados de comparecer regularmente à escola. Para além disso, será necessário realizar a análise de como o conhecimento histórico é construído com um alunado que possui características vulneráveis de ensino e trajetórias escolares destoantes do considerado “comum” para uma grande parcela da população brasileira.

OBJETIVO

Analisar as dificuldades enfrentadas pelos alunos da turma de Educação de Jovens e Adultos/4º etapa da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Luiz Nunes Direito e como os percalços encontrados nas trajetórias escolares afetam o desenvolvimento da aprendizagem de estudantes que se encontram em situação de atraso escolar ou que retornaram à escola após um período de desistência e evasão escolar. Além do mais, também foi realizado o procedimento de investigação das motivações presentes na evasão escolar vivenciada pelos alunos e quais os mecanismos teóricos e metodológicos necessários na retomada da construção do conhecimento por alunos que estiveram afastados do ambiente escolar por conta da vulnerabilidade econômica e social em que vivenciam no seu cotidiano, caracterizadas como necessidade de possuir vínculo empregatício para suprir a necessidade financeira do grupo familiar em que estão inseridos, gravidez na adolescência e necessidade de dedicação total ao cuidado do lar e da família ou até mesmo a dificuldade de aprendizado decorrente do atraso escolar em uma turma regular de ensino.

METODOLOGIA

DOI:

Ao longo do período de três meses de estágio supervisionado na turma da Educação de Jovens e Adultos - posterior ao período de aprendizagem teórica acerca do ambiente escolar e da construção do conhecimento histórico em situações adversas, foi necessário, à priori, identificar como se realizava o planejamento de uma aula de História para uma turma que possui uma duração de aula inferior à uma turma de ensino fundamental da modalidade regular de ensino, e quais as ferramentas utilizadas para a efetivação da construção do conhecimento histórico pelos alunos com a mediação do professor, e como promover a maior autonomia e consciência histórica do alunado sem desconsiderar o contexto social em que eles estão inseridos, analisando metodologias que contemplem as suas potencialidades e que auxiliem na redução das suas dificuldades de aprendizado. A observação, pesquisa e o diálogo com o professor foram primordiais para compreender os caminhos a serem realizados com o objetivo de facilitar a construção do conhecimento histórico e da cidadania dos estudantes.

RELATO DE CASO

As práticas docentes realizadas no estágio supervisionado são elementos fundamentais na formação do aluno e do futuro docente. Sobre o processo de aprendizagem, Silveira (2008) argumenta que “Aprender é construir e reconstruir o conhecimento, elaborando e exercendo a autonomia do sujeito histórico. Crianças e jovens devem ser partícipes ativos de sua sociedade, gerando a transformação social e política dela” o contexto da frase é referente a construção do conhecimento histórico na educação básica, mas as reflexões propostas pelo autor podem ser facilmente associadas aos aprendizados adquiridos a partir das vivências no estágio obrigatório, pois ambos são referentes ao contínuo exercício de construir e reconstruir o aprendizado acadêmico na medida em que os aspectos escolares presentes na vida escolar prática demandam soluções rápidas e eficazes para situações reais da trajetória escolar dos estudantes.

O caso da turma de EJA/4ª etapa da escola Luiz Nunes Direito apresenta uma diversidade de possibilidades de análise de uma escola da rede pública. A turma de EJA analisada possui entre 7 e 10 alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, os estudantes fazem parte de grupos de adolescentes que possuem vulnerabilidades econômicas que dificultaram sua trajetória escolar, ocasionando a sua ausência na escola e dedicação interina à atividades referentes ao sustento próprio e o da sua família. Acrescenta-se a esse contexto, a presença da gravidez na adolescência, ocasionada com cada vez mais frequência à vida de jovens e adolescentes brasileiras como causa do abandono escolar por parte das adolescentes. Outro fator importante para a análise da Escola Estadual De Ensino Fundamental e Médio Luiz Nunes Direito é o cenário de incerteza para a formação das turmas de EJA.

DOI:

Atualmente, a lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – no artigo 22, prevê que a Educação de Jovens e Adultos seja integrada à Educação Básica, e ressalta que é dever do Estado disponibilizá-la. Entretanto, o caso da Escola Luiz Nunes Direito é peculiar e difere do contexto devido às flexibilidades vivenciadas no contexto escolar, que sugere que as turmas que possuem menos de 15 alunos não darão continuidade aos processos metodológicos de inserção no contexto escolar, pois sem essa quantidade de alunos, subentende-se que não há demanda suficiente para a continuidade daquela turma no ambiente escolar e a turma não permanecerá sendo ofertada. Nesse contexto, a flexibilidade de normativas e regulamentações de cada sistema de ensino permite que a escola siga com a turma ativa mesmo que haja apenas 10 alunos participando efetivamente dela. É válido ressaltar que a legislação não explicita algo referente à quantidade mínima de alunos, ficando sob a responsabilidade da Secretaria de Educação de cada localidade definir esses parâmetros. Sobre essa questão, a LDB explicita que a oferta da EJA deve atender às necessidades dos estudantes, buscando flexibilidade para atender a diversidade de situações e contextos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As indagações anteriores referentes às práticas docentes no ensino básico se acentuam no contexto de uma turma de EJA de uma escola pública por diversas questões, entre elas a necessidade de refletir como a formação acadêmica do licenciando em História permite a sua atuação numa turma de estudantes que por vezes passaram uma década afastados do ambiente escolar. Como pensar o “ser professor” num contexto de desmantelamento da educação no país? Como pensar em metodologias que contemplem as necessidades de uma turma de EJA e suas especificidades? As dificuldades enfrentadas são muitas, principalmente se analisarmos sob a ótica de ensino conservadora e excludente vigente no país, que se constitui sem levar em consideração a análise do contexto social e econômico dos alunos. A escola ananindeuense analisada aqui dispõe de aulas curtas (em comparação à turmas regulares de ensino que são de 45 minutos) de aproximadamente 30 minutos, onde as orientações para a sua realização plena se baseiam em três pontos principais: objetividade, dinamicidade e análise das dificuldades e potencialidades do alunado, e a partir disso, constituir as aulas das turmas de EJA de maneira em que os estudantes possam praticar a sua autonomia, evitando a exaustão mental do estudante que possui vínculo empregatício.

As turmas de EJA são campos férteis para a aplicabilidade de metodologias ativas e atividades interdisciplinares que contemplem diferentes áreas do conhecimento, pois essas ferramentas possuem a constante necessidade de serem facilitadoras da formação cidadã e para o mundo do trabalho de jovens e adolescentes que estiveram longe do contexto escolar pela falta de vagas em escolas públicas, vulnerabilidade econômica e necessidade

DOI:

de colaboração no sustento familiar, dificuldade de aprendizado na infância e/ou adolescência ou até mesmo por uma gestação precoce não planejada. Nesta mesma vertente, é essencial incentivar e propor meios necessários que possibilitem a sua inserção no ensino superior e no mercado de trabalho, sobre essa questão, a Constituição Federal de 1988 determina, em seu artigo 208, inciso I, que é dever do Estado a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, por meio de cursos e exames que considerem as características dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Prezar pela aplicabilidade desses direitos é possibilitar o exercício da cidadania e da democracia no âmbito social brasileiro. Conforme Gilmar Arruda evidencia: “Nós que militamos no campo do ensino e da produção do conhecimento histórico temos um compromisso com a democracia.” A afirmação legitima o dever dos professores e historiadores de serem constantes agentes questionadores das estruturas sociais e políticas, opositores conscientes das estruturas hierárquicas do poder na sociedade.

CONCLUSÃO

Os desafios enfrentados por estudantes em turmas de Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro das escolas públicas devem ser analisados de diferentes prismas científicos, seu caráter multifacetado implica na apropriação de conhecimentos sobre o contexto social em que o aluno está inserido e percepção do contexto econômico como fator de aproximação ou distanciamento dos conhecimentos históricos construídos no ambiente escolar, somente a partir disso será possível traçar caminhos teóricos e metodológicos que se configuram como ferramentas facilitadoras da constituição do conhecimento histórico para turmas cujo alunado pertencem a setores marginalizados da sociedade.

A sua continuidade é tensionada pelo Estado que coloca em segundo plano os investimentos em profissionais qualificados para a atuação nessa modalidade de ensino ou pelo aumento do número de estudantes que precisam abandonar a escola para dedicar-se em tempo integral ao sustento financeiro próprio ou da família, as relações econômicas que permeiam a sobrevivência do sujeito na sociedade por vezes excluem a sua atuação no ambiente escolar. É necessário aprofundar os estudos referentes às possibilidades e dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores das escolas públicas brasileiras nas turmas de EJA, com vistas à construção de perspectivas científicas que contemplem os aspectos sociais e econômicos que permeiam a construção do conhecimento histórico, reafirmando o compromisso com a educação emancipatória e prezando pela autonomia e protagonismo do aluno no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, G. **Para que serve o ensino de história?**. HISTÓRIA E ENSINO: Revista do Laboratório de Ensino de História/UEL, Londrina-PR, v. 1, p. 61-67, 1995.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518231>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96)**. Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

OLIVEIRA, Gilmar Antônio de. **A Educação de Jovens e Adultos: Avanços e Desafios**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 08, Vol. 03, pp. 126-138. Agosto de 2019. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/avancos-e-desafios>. Acesso em: 11 dez. 2023.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho. **Espaços Educativos não formais**. In: Fundamentos da Educação 3. v. 1. Claudio de Carvalho Silveira. 3a. reimp. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

TAYLOR, A.Y., LAURO, G., SEGUNDO, M., GREENE, M.E. **“Ela vai no meu barco.” Casamento na infância e adolescência no Brasil**. Resultados de Pesquisa de Método Misto. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo & Promundo-US. Setembro 2015. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/ela-vai-no-meu-barco-casamento-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil>. Acesso em: 10 dez. 2023.